

Conflitos em pauta e em cena: a disputa de poder entre Bolsonaro e *JN* em um panorama de pandemia

Conflicts on the agenda and on the scene: the dispute for power between Bolsonaro and *JN* in a pandemic panorama

Conflictos en la agenda y en la escena: la disputa por el poder entre Bolsonaro y *JN* en un panorama pandémico

Luiz Felipe Novais Falcão

Universidade Federal de Juiz de Fora | luizfelipefalcao@gmail.com

Simone Martins

Universidade Federal de Juiz de Fora | sistema@gmail.com

Iluska Coutinho

Universidade Federal de Juiz de Fora | iluskac@globo.com

Paulo Roberto Figueira Leal

Universidade Federal de Juiz de Fora | pabeto.figueira@uol.com.br

Mayra Regina Coimbra

Universidade Federal de Juiz de Fora | mayrarcoimbra@gmail.com

Luiz Ademir de Oliveira

Universidade Federal de São João del-Rei, Universidade Federal de Juiz de Fora | luizoli@ufsj.edu.br

Resumo: Este artigo pretende analisar a disputa de poder percebida entre os discursos proferidos pelo presidente da República e o *Jornal Nacional*, telejornal mais longo e de maior audiência no país. Nossa hipótese é a de que Jair Bolsonaro, ao se posicionar contrário ao distanciamento social, incitando brasileiros a voltarem a seus postos de trabalho, faz um desserviço aos cidadãos por desrespeitar as orientações das autoridades mundiais de saúde. Por outro lado, o *JN* assume uma postura didática, alertando seus telespectadores quanto à importância da prevenção ao novo coronavírus. Dessa forma, pretendemos – a partir da análise de três edições do noticiário – revelar o enquadramento noticioso adotado pelo telejornal, por meio da metodologia da análise da materialidade audiovisual, para verificar a disputa de poder existente entre *JN* e Bolsonaro, contrapondo o discurso do presidente ao do *Jornal Nacional*, que é o de conscientização dos brasileiros no que se refere à postura adequada para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Palavras-chave: pronunciamento; Jornal Nacional; enquadramento noticioso; análise da materialidade audiovisual; Covid-19.

Abstract: This paper aims to analyze the power struggle perceived between the speeches delivered by the President of Brazil and *Jornal Nacional*, the longest running and most watched news program in the country. Our hypothesis is that Jair Bolsonaro, by voicing his position against social distancing, urging Brazilians to return to work, does the citizens a disservice by disrespecting the guidelines stated by world health authorities. On the other hand, *JN* takes on an educational role by alerting the viewers about the importance of preventing the new virus. Therefore, based on the analysis of three editions of the newscast, our aim is to reveal the news framing adopted by the program, using the audiovisual materiality analysis methodology, to verify the power struggle between *JN* and Bolsonaro, contrasting the discourse of the president with that of *Jornal Nacional*, which is to raise awareness among Brazilians about the appropriate attitude to face the Covid-19 pandemic in Brazil.

Keywords: Presidential speech; Jornal Nacional; news framing; audiovisual materiality analysis; Covid-19.

Resumen: En este artículo se pretende analizar la lucha de poder que se nota entre los discursos del Presidente de Brasil y *Jornal Nacional*, el noticiero más antiguo y más visto en el país. Nuestra hipótesis es que Jair Bolsonaro, al posicionarse de forma contraria al distanciamiento social, instando a los brasileños a volver a sus puestos de trabajo, hace daño a los ciudadanos al despreciar las directrices de las autoridades sanitarias mundiales. Por otro lado, *JN* asume una postura didáctica alertando a sus espectadores sobre la importancia de la prevención ante el nuevo virus. Así, a partir del análisis de tres ediciones del noticiero, nuestro objetivo es revelar el encuadre noticioso adoptado por el noticiero televisivo, a través de la metodología de análisis de materialidad audiovisual, para verificar la lucha de poder existente entre *JN* y Bolsonaro, contraponiendo el discurso del presidente al de *Jornal Nacional*, que visa concienciar a los brasileños respecto a la postura adecuada para el enfrentamiento de la pandemia del Covid-19 en Brasil.

Palabras clave: discurso presidencial; Jornal Nacional; encuadre noticioso; análisis de materialidad audiovisual; Covid-19.

Introdução

Desde o início de seu mandato como presidente da República, Jair Bolsonaro está em disputa com a *Rede Globo*. Nesse sentido, sua vitória nas eleições de 2018 e os desdobramentos a partir dali têm se caracterizado como um motor para novos estudos sobre os processos de comunicação responsáveis por conceber e sensibilizar a sociedade brasileira.

Bolsonaro disputa o poder – tanto de narrativas quanto de informação – com a mídia, questionando os veículos de comunicação como fontes confiáveis de propagação de notícias, o que se ampliou durante a pandemia de Covid-19, ficando notória a intensificação na disputa pelo controle do poder simbólico. O governo federal e a mídia, portanto, travam uma luta pela detenção da verdade e pela prevalência da confiabilidade em suas declarações.

O objetivo deste estudo é analisar o embate discursivo entre Bolsonaro, especificamente em seu segundo pronunciamento depois do início da pandemia – ocorrido em 31 de março de 2020 –, e o *Jornal Nacional*, precisamente as edições veiculadas no dia do discurso, bem como nos dias anterior e posterior a ele, a fim de verificar a divergência percebida entre as posturas. Nossa hipótese é a de que, em função de o presidente mostrar-se contrário às medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – assim como pelo Ministério da Saúde brasileiro –, o *Jornal Nacional* assumiu para si um papel didático, com o objetivo de conscientizar os cidadãos sobre a importância da prevenção contra o novo coronavírus. Partimos do pressuposto de que, como forma de evidenciar a gravidade da pandemia, o noticiário se utiliza do que Vizeu e Cerqueira (2018, p. 42-43) denominam “pedagogia do telejornalismo”; os jornalistas de TV, tanto quanto os educadores, “são produtores de conhecimento, construtores de realidade e, de alguma forma, responsáveis pela reprodução de valores, hábitos”.

Reiteramos, assim, que nossa proposta é a de abordar a disputa de poder estabelecida entre o atual governo, aqui personificado pelo presidente Jair Bolsonaro, e a mídia, tomando como exemplo as edições do *Jornal Nacional* exibidas nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 2020. Tomamos como base os estudos sobre *poder* realizados por Foucault (1979) e por Bourdieu (2001) e nos atemos à noção de *enquadramento noticioso*, sob os olhares de Goffman (1986) e Porto (2004), entre outros, que evidenciam a linha editorial do noticiário. Enfim, empreendemos a análise das edições veiculadas pelo *JN* com base na metodologia da *análise da materialidade audiovisual* (COUTINHO, 2016), que possibilita a investigação de conteúdos televisivos sem que ocorra a dissociação de seus elementos ao longo de sua observação e, conseqüentemente, sem descompor o objeto investigado de suas características percebidas pelo público.

Enquadramento noticioso:

uma perspectiva de apreensão da realidade jornalística

O jornalismo, por meio da produção de notícias, funciona como um construtor e (re)construtor da realidade. No entanto, é consensual que as notícias não funcionam como um retrato fiel da realidade, ou seja, o jornalismo não reflete a realidade tal como ela é. A objetividade como regra surgiu quando a imprensa se consolidou como uma empresa capitalista na venda de seu produto, a notícia (HABERMAS, 1984).

Schudson (2009) destaca que objetividade e neutralidade jornalísticas não assumiam um caráter principal antes de 1830. Era comum jornais norte-americanos apresentarem visões partidárias nas produções jornalísticas. Foi a partir de 1830, com a revolução das *penny papers* – jornais com certa independência partidária, preço baixo, sensacionalistas e com intensa circulação –, que a objetividade passou a ser elemento considerado no fazer jornalístico. Mas, atualmente, considera-se que inúmeros fatores interferem na produção jornalística: a linha editorial, a mediação do jornalista, o fator tempo, as rotinas de produção, os critérios de noticiabilidade, a cultura jornalística, os interesses dos grupos de mídia (TRAQUINA, 2004), entre outros.

Tuchman (1993) ressalta que as notícias não são reproduções fidedignas da realidade, mas são “estórias”. O que leva jornalistas a utilizarem a argumentação da objetividade são as pressões contínuas, as repressões e também as difamações. Para a autora, é a objetividade que os protege dos riscos de sua profissão. Logo, eles tentam neutralizar as críticas com práticas de apresentação dos dois lados de um fato, a verificação da ocorrência, o uso de aspas e as regras de estruturação da informação.

Se considerarmos o fato de que o jornalismo apresenta versões da realidade, e dada a complexidade desse processo, é importante pensar na instância midiática como um importante ator político, que vai atuar na forma como a realidade é recortada e apresentada aos indivíduos. Nesse sentido, uma das teorias que ganhou espaço em discussões no campo da comunicação é a teoria do enquadramento (*framing*).

Porto (2004) explica que as teorias iniciais do campo jornalístico que compreendiam a mídia como um instrumento responsável por informar e servir à democracia imparcial e objetivamente não eram suficientes para compreendermos as imbricações da comunicação com o mundo exterior.

O conceito de enquadramento foi originalmente proposto por Gregory Bateson, em 1950, e estava relacionado aos estudos psiquiátricos. Goffman (1986), em seus estudos direcionados a relações e a experiências sociais, na obra *Frame Analysis*, define enquadramento como princípios de organização que orientam eventos sociais assim como o envolvimento dos sujeitos nesses eventos. Conforme aponta o autor, os indivíduos tendem a apreender os acontecimentos à sua volta a partir dos enquadramentos que são feitos deles.

Gitlin (1980, p. 6-7 apud LEAL, 2007, p. 4) traz contribuições importantes para sistematizar os frames jornalísticos. Segundo ele,

enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual.

Entman (1993, p. 52, tradução nossa) também reforça o pensamento anterior, ao afirmar que o enquadramento midiático envolve a escolha de alguma coisa em detrimento de outra. Essa escolha reforça uma representação particular da realidade e omite outros elementos que podem sugerir perspectiva distinta ou desencadear sentimento diferente:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

Sponholz (2009) afirma que é possível verificar dois tipos de realidade no jornalismo quando se noticia um fato – a realidade física e social e a realidade que o próprio jornalismo produz (realidade midiática). Para a autora, essa última realidade é seletiva e deve ser compreendida como uma representação simbólica da realidade primária (física ou social). A condição de realidade secundária não pode ser extinta, uma vez que o noticiário sobre um determinado fato nunca será o fato em si.

Disputa por poder simbólico: o campo midiático versus o campo político

Para compreender a organização social, é preciso falar do instrumento que rege todos os campos sociais, pelo qual os indivíduos então em constante busca: o poder. Johnson (1997, p. 177), em seu *Dicionário de sociologia*, compreende que poder é um conceito que abrange vários significados, em torno dos quais há também grande divergência. No entanto, aponta que a definição mais comum é a de Max Weber, que “conceitua o poder como a capacidade de controlar indivíduos, eventos ou recursos – fazer com que aconteça aquilo que a pessoa quer a despeito de obstáculos, resistência ou oposição”. Esse poder é usado desde formas mais explícitas, para controlar eventos ou pessoas, até formas mais sutis, como a capacidade de não agir ou até mesmo a capacidade de moldar crenças e valores das pessoas por meio do controle sobre a mídia ou instituições educacionais.

Diferentemente de Foucault (1979), que entende que o poder não está localizado em um determinado lugar, em uma estrutura ou nas mãos de alguém. Para o autor, o poder não é algo que se pode ter em mãos, mas é algo que sempre circula e está presente em todos os lugares. A partir dessa concepção, entende que os indivíduos estão constantemente envolvidos em relações de poder e não estão alheios a elas. O poder presente nas relações vai atuar como uma força capaz de coagir, controlar e disciplinar os indivíduos. Trata-se de um elemento estruturante capaz de manter a sociedade organizada.

Bourdieu (2001, p. 7) também se concentra na teorização do termo. Para ele, poder é um instrumento simbólico e invisível, que rege todas as pessoas em sociedade, “uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma”. O poder simbólico age como construtor da realidade e confere um sentido imediato do mundo. No entanto, faz uma ressalva: o “poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ou seja, para o sociólogo, o poder simbólico atua de modo que pareça natural – sem coerção, de modo inconsciente, remetendo a uma violência simbólica, conforme acontece, por exemplo, com a arte, a religião e a língua, que impõem maneiras de agir e de operar uma ação.

Ao conceituar o termo, Thompson (1998, p. 21), por sua vez, apresenta uma visão mais geral. Para o autor, o poder se caracteriza pela “capacidade de agir para alcançar os

próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. E diferentemente do que os indivíduos costumam associar, o poder não é apenas aquele exercido pelo Estado ou pela política, mas aquele que se manifesta em ambientes totalmente contrários a esses.

Esse instrumento, por sua vez, rege a sociedade, norteia as relações sociais e também provoca conflitos. Os campos sociais – espaços estruturados nos quais os agentes interagem e competem por uma posição de detenção do poder – entram em constantes conflitos para adquirir ou manter o monopólio de capital: simbólico ou social. Um exemplo claro dessa disputa por poder está na interação entre os campos político e midiático; ambos estão em constante disputa na busca pelo controle e manutenção na organização social.

Bourdieu (2001, p. 69) ressalta que as estruturas dos campos sociais são semelhantes à estrutura de um jogo, com lutas e tensões – relacionadas à distribuição e à posse de um tipo de capital que se deseja obter – e também entre outros campos sociais – na tentativa de buscar a posse de um capital que está desigualmente distribuído e acumulado. “Cada campo é um campo de forças dotado de uma estrutura, e também de um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.

Ao considerar que as lutas não se dão apenas dentro dos campos, mas também fora deles e entre eles, entende-se que os campos sociais são ao mesmo tempo concorrentes e complementares entre si. Para o autor, as pessoas/instituições “ricas em capital específico” são aquelas reconhecidamente identificáveis pelos seus pares. E é em busca desse reconhecimento que são travadas as lutas pelo poder. Durante a ocorrência de uma pandemia, foi verificável uma intensificação na disputa pelo controle do poder simbólico. Tanto política quanto mídia travaram um ambiente de luta pela detenção de verdade e prevalência de discurso, como se observará a seguir.

Análise das edições do JN e o embate com o pronunciamento de Jair Bolsonaro

A decomposição em texto, som ou imagem pode mascarar ou dar uma dimensão inexata daquilo que pretendemos avaliar. Por essa razão, elegemos a análise da materialidade audiovisual (COUTINHO, 2016) como método para o trabalho, visto que objetiva analisar os conteúdos audiovisuais como unidade, compreendendo a complexidade desse formato a partir de uma “entrevista” com o objeto e da observação de seu texto e de seu paratexto, sem que haja decomposição de seus elementos.

Na lógica da metodologia escolhida, o fundamental é observar o objeto a ser estudado e ter a dimensão de sua capacidade em nos dar respostas. Nesse sentido, o método aconselha promover uma leitura inicial de toda a amostra e, em seguida, fazer as perguntas que desejarmos ao objeto. São essas questões que darão as pistas para a interpretação de toda a materialidade envolvida para produzir narrativas e, assim, o embate entre cada um dos participantes implicados na observação.

No que diz respeito à nossa investigação, a análise foi constituída tomando por base as ações adotadas pela *Rede Globo* em seu noticiário de maior audiência, na edição veiculada

no dia do pronunciamento do presidente Bolsonaro¹, 31 de março de 2020, assim como em seu desdobramento, o que fez com que nosso objeto se estruturasse na investigação das edições do *Jornal Nacional* do dia², da véspera³ e do dia seguinte⁴.

Seguindo a metodologia eleita, construímos uma ficha de análise que, para entender a engenharia narrativa na construção da disputa, dividimos em quatro eixos, a conhecer: o espaço em que os conteúdos ligados ao discurso tiveram no *JN*; o papel assumido por cada um dos personagens envolvidos; a forma com que o assunto foi abordado na perspectiva de cada um dos personagens e o enquadramento noticioso que alcançaram; e, por fim, a função (ou as funções) do telejornalismo que o *Jornal Nacional* assumiu para si em suas narrativas.

O primeiro dia analisado, véspera do pronunciamento feito pelo presidente, teve pautas que versavam sobre a defesa do isolamento social pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e ainda o seu pedido de desculpas à mídia por ter chamado de sórdida a cobertura jornalística da imprensa sobre a Covid-19. Já aqui é possível evidenciar elementos que demonstram o tensionamento entre a cobertura e as ações governamentais na pandemia. O jornal também registra as 159 mortes pela doença no Brasil. Durante a exibição do programa, outra reportagem exibida tem os desdobramentos da Covid-19 como pano de fundo. Ela trata dos preços abusivos, da alta demanda e, conseqüentemente, da escassez de material hospitalar para enfrentar a pandemia, além de outra reportagem sobre iniciativas para ajudar na fabricação dos equipamentos de proteção individual (EPIs).

O programa jornalístico ancorado por William Bonner e Renata Vasconcellos é incisivo na defesa do isolamento social, apresentando uma reportagem em que especialistas explicam que a crise econômica, utilizada como argumento pelo presidente para não apoiar o isolamento social, pode ser agravada, se as medidas recomendadas pela OMS não forem acatadas. Outras duas reportagens dedicam-se aos posicionamentos do ministro Gilmar Mendes e do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, sobre as medidas de prevenção e combate ao coronavírus. Por fim, o *Jornal Nacional* trata da aprovação, pelo Senado, do auxílio emergencial de R\$ 600,00, assim como da defesa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para que fossem obedecidas as medidas de saúde e segurança. O noticiário encerra a temática com um conteúdo no qual a OMS insiste no isolamento e cobra garantia de renda a populações vulneráveis.

Conforme a política editorial adotada pelo *JN* ao longo da cobertura da pandemia, os números de casos têm destaque na escalada: são mais de 4.500 notificados. Logo na seqüência, a afirmação de William Bonner é a de que Bolsonaro volta a criticar o isolamento social. A continuação da escalada deixa o presidente em um lugar de equívoco. Isso

¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-1>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

² *Jornal Nacional*, edição de 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://Globoplay.Globo.com/v/8444305/>>. Acesso em: 2 set. 2020.

³ *Jornal Nacional*, edição de 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://Globoplay.Globo.com/v/8447462/>>. Acesso em: 2 set. 2020.

⁴ *Jornal Nacional*, edição de 1º de abril de 2020. Disponível em: <<https://Globoplay.Globo.com/v/8450596/>>. Acesso em: 2 set. 2020.

porque a afirmação do telejornal é a de que Mandetta (além de outros quatro ministros) defendem as medidas de prevenção e combate preconizadas pelo Ministério da Saúde para não sobrecarregar o sistema de saúde. Além disso, a abertura do programa jornalístico ainda informa que líderes dos partidos no Senado aprovaram manifesto em defesa do isolamento. Também acentua o posicionamento de Gilmar Mendes e do presidente do STF em defesa da medida. Aqui, cabe mais um destaque: o telejornal expõe a posição do ministro Paulo Guedes, que, como cidadão, quer ficar em casa e cumprir o isolamento. Por fim, os apresentadores anunciam a cobertura internacional da pandemia e dão destaque ao pedido da OMS para que governos garantam renda e bem-estar à população.

A narrativa que abre a primeira edição analisada não fala do presidente diretamente. O assunto que William Bonner introduz diz respeito à coletiva diária feita pelo Ministério da Saúde para tratar das questões ligadas à Covid-19, que pela primeira vez aconteceu com a presença de outros ministros que não apenas o da Saúde. Em seguida, a emissora reafirma que o presidente circulou por Brasília e esteve em aglomerações, para enfatizar que o ministro da Saúde defende o isolamento. É mais uma oportunidade em que se verifica o empenho de imprimir incoerência às atitudes de Bolsonaro. Nesse sentido, o *JN* reforça a divergência explícita entre a defesa do isolamento social irrestrito e aquela que o presidente defende como sendo uma medida só para idosos.

No segundo bloco da edição de 30 de março, a cobertura destaca a remoção, por parte das empresas que mantêm redes sociais (Facebook e Instagram), de vídeos publicados por Bolsonaro a respeito de um passeio feito por ele. A alegação do Facebook foi a de que iria retirar todo conteúdo que causasse desinformação e que pudesse apresentar risco real para as pessoas. A nota precede o destaque feito por Bonner sobre Bolsonaro ter começado o dia, nas palavras do apresentador, “de novo” comentando o vídeo com registro do passeio por Brasília. É a cabeça de uma reportagem, mas carregada de tom editorial, que pode, inclusive, ser observado pelas expressões faciais do âncora e das inflexões de sua narração:

O presidente Jair Bolsonaro começou o dia comentando, de novo, exatamente esse passeio de ontem por regiões de Brasília e, de novo, alegando que não foi um passeio, que foi ouvir o povo. O presidente disse, ainda, que vai morrer gente. Palavras dele, mas que, abre aspas, temos outro problema: o desemprego que tem que ser tratado com igual responsabilidade. Fecha aspas. Bolsonaro se disse preocupado com 38 milhões de trabalhadores informais que estão sem renda. Mas não comentou porque não propõe aumentar a ajuda de 600 reais, por três meses, a pelo menos dois integrantes de cada família; ajuda que foi aprovada pelo congresso, se ele acha que ela não é suficiente. Desde a semana passada alguns dos maiores economistas do Brasil têm dito que cabe apenas a ele, ao presidente da República, tomar essa atitude de forma emergencial como chefes de estado de todo mundo têm feito⁵.

A reportagem dá início a entrevistas com especialistas que contrapõem, novamente, o presidente. A narração da repórter Cláudia Bomtempo explica que garantir a saúde da

⁵ Trecho de cabeça de reportagem lida por William Bonner na edição do *JN* de 30 de março de 2020.

população é uma forma de observar e cuidar da economia. A notícia também destaca que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, aprovou liminar concedendo o uso de dinheiro público para gastos fora dos trâmites legais usuais, para as ações de combate à pandemia.

O reforço da narrativa do isolamento social necessário continua no telejornal com a exibição da participação do ministro Paulo Guedes em reunião da Confederação Nacional dos Municípios, ao afirmar que, como economista, gostaria que a produção voltasse. Todavia, como cidadão, ouvindo as recomendações do Ministério da Saúde, prefere fazer o isolamento. O mesmo destaque é dado à aprovação, por unanimidade, de um manifesto em defesa do isolamento social para minimizar os impactos da pandemia pelos líderes do Senado. Por fim, a reportagem noticia a aprovação da ajuda emergencial de R\$ 600,00 aprovada pelo Congresso para, pelo menos, 25 milhões de pessoas, de acordo com o governo.

O telejornal inicia o terceiro bloco noticiando o posicionamento da OMS, reiterando que as medidas de isolamento social devem ser adotadas como forma de conter a propagação do vírus. Essa reportagem é importante para a nossa observação porque nela está o posicionamento do diretor-geral da organização, Tedros Adhanom, sobre a pandemia, que será distorcido por Bolsonaro no dia seguinte. Na passagem de sua notícia, a repórter correspondente da *Rede Globo* na Suíça, Bianca Rothier, relata um pouco do que foi abordado na coletiva de imprensa da OMS e destaca o discurso feito pelos representantes da entidade, entre eles o de Adhanom. A repórter dá ênfase à parte em que o diretor-geral da OMS defende que líderes de países precisam garantir, ao adotar as medidas de isolamento, o bem-estar das pessoas que estão perdendo renda e necessitam de comida, saneamento e serviços essenciais.

Antes de encerrar essa edição do telejornal, as discussões sobre a maneira como Jair Bolsonaro desdenha da gravidade do coronavírus são retomadas com a repercussão internacional. Destaques de revistas, jornais e portais de internet são descritos em arte gráfica. Os veículos de imprensa internacionais apresentados são críticos em relação à postura do presidente do Brasil e destacam a exclusão dos vídeos postados por Bolsonaro feita pelo Facebook e pelo Instagram.

A edição do dia 31 de março começa com mais uma polêmica no cenário político brasileiro. Novamente, o presidente criticou as medidas de isolamento social, defendendo a retomada dos trabalhadores informais às atividades. Contudo, desta vez, Bolsonaro utilizou parte da fala do diretor-geral da OMS para provocar desinformação e construir uma narrativa que favorecesse o seu ponto de vista. As falas e as atitudes atabalhoadas do presidente, em razão da contrariedade às indicações científicas de combate à pandemia, foram amplamente divulgadas pelos veículos de imprensa ao longo do dia, e um sem-fim de versões, críticas e memes foram compartilhados no ambiente digital. Essa capilaridade, como já experimentada em outras situações, provocou mobilização social e, claro, diante da conduta dos cidadãos, o presidente reagiu. Depois de agradar parte dos brasileiros que o apoiavam com a declaração retirada de contexto, foi até à cadeia nacional de TV discursar.

Em seu pronunciamento, Jair Bolsonaro enfatizou que o governo trabalha para sanar problemas históricos e melhorar as condições de vida das pessoas. Ao fazer referência às mortes causadas pela pandemia, elencou também problemas como desemprego, violência e fome e efeitos colaterais da Covid-19, sempre utilizados pelo representante do

executivo nacional para justificar suas decisões. Diferentemente do que fez no início do dia, desta vez contextualizou a fala de Tedros Adhanom:

Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional, responsável e coordenada. Nesse sentido, o senhor Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que “muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário” e que “os governos têm que levar esta população em conta”. Continua, ainda: “se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com estas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que ganhar o pão de cada dia todos os dias?”. Ele prossegue: “Então, cada país, baseado em sua situação, deveria responder a esta questão”. O diretor da OMS afirma ainda que, com relação a cada medida, “temos que ver o que significa para o indivíduo nas ruas”, e complementa: “eu venho de família pobre, eu sei o que significa estar sempre preocupado com seu pão diário e isso deve ser levado em conta porque todo indivíduo importa. A maneira como cada indivíduo é afetado pelas nossas ações tem que ser considerada”. Não me valho dessas palavras para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia, mas para mostrar que, da mesma forma, precisamos pensar nos mais vulneráveis. Esta tem sido a minha preocupação desde o princípio. O que será do camêlo, do ambulante, do vendedor de churrasquinho, da diarista, do ajudante de pedreiro, do caminhoneiro e dos outros autônomos com quem venho mantendo contato durante toda minha vida pública? Por isso determinei ao nosso ministro da Saúde que não poupasse esforços, apoiando através do SUS todos os estados do Brasil, aumentando a capacidade da rede de saúde e preparando-a para o combate à pandemia⁶.

Diante das relações de tensionamento, de fragilização e de ataque entre Bolsonaro e jornalistas, o *Jornal Nacional* abriu a segunda edição aqui analisada destacando, já na escalada, as críticas feitas pelo presidente ao isolamento, distorcendo as declarações feitas pelo diretor-geral da OMS. Na sequência, os apresentadores enfatizaram que, ao contrário do que havia feito ao longo do dia, Jair Bolsonaro não utilizou, em seu pronunciamento, uma interpretação equivocada do discurso de Tedros Adhanom. Importa destacar que essa edição também aborda o reforço feito pelo então ministro da Saúde para a manutenção do isolamento social. Além disso, o *JN* seleciona outros factuais que dão conta de explicar e contrapor a forma como Bolsonaro atua: a defesa das medidas para conter o avanço do vírus feita pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização das Nações Unidas (ONU); a autorização dada pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para o uso da Força Nacional no enfrentamento da pandemia; a análise de notícia-crime contra o presidente apresentada pelo ministro Marco Aurélio, do STF; a proibição de o governo fazer campanhas que estimulem a volta da população às atividades; o painel gerado pelo pronunciamento do

⁶ Trecho do pronunciamento de Jair Bolsonaro exibido em cadeia nacional de TV em 31 de março de 2020.

presidente. A edição ainda destaca a aprovação, pelo Congresso, do auxílio de R\$ 600,00, a ser destinado a trabalhadores informais, mas ressalta a falta de sanção do presidente, assim como o adiamento da votação do projeto que permite que mais brasileiros possam receber o benefício.

A postura adotada pelo *Jornal Nacional* na edição do dia 31 de março foi a de não destacar os números da Covid-19, como geralmente acontece ao longo da cobertura da pandemia. A primeira reportagem dedicou-se aos atropelos narrativos de Jair Bolsonaro ao se valer de uma parte descontextualizada do pronunciamento de Tedros Adhanom. Renata Vasconcellos começa a explicar a situação em um enquadramento mais aberto, de frente para as câmeras principais do estúdio, mas, ao assumir uma postura mais ácida na leitura da cabeça de reportagem, muda de câmera, para um enquadramento fechado, e dispara:

Só que Bolsonaro deixou de fora uma parte fundamental do pronunciamento. Dirigida justamente a governantes como ele. A parte do discurso em que Adhanom explica que cabe aos governos garantir assistência aos que ficarem sem renda durante o isolamento recomendado pela OMS⁷.

A cabeça de reportagem, exibida na sequência, foi dividida entre os apresentadores do telejornal. Renata e Bonner revezaram na narração e na tradução das falas de Adhanom. A narrativa começou com a declaração de Bolsonaro, seguida pela informação correta, desmentindo o relato do presidente. Foi dito, na reportagem, que o diretor-geral da OMS levantou uma questão sobre o que os países precisariam fazer para proteger aqueles que precisam do trabalho diário para sobreviver. Noutro trecho da fala do diretor, o destaque dado pela edição do *JN* dizia respeito à intenção de Adhanom de enfatizar a responsabilidade dos governos em garantir assistência a quem precisa ficar em casa na pandemia. Por fim, a reportagem explica que questionou a OMS sobre o que de fato o diretor da entidade quis dizer, e a resposta exibida reforçou a narrativa que desmentiu o presidente. Ao fim, a reportagem traz, em arte gráfica, a postagem feita por Tedros Adhanom reforçando aquilo que defende: que pessoas sem renda ou dinheiro de reserva precisam das ações governamentais para terem a sua dignidade preservada e poderem cumprir as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde.

Os âncoras seguem enumerando os fatos do dia e declaram que ministros e autoridades, durante a coletiva sobre a Covid-19, foram questionados acerca da posição da OMS sobre o trabalho dos informais e que Mandetta disse defender o isolamento e assegurou que o país irá garantir a renda mínima aos vulneráveis. É interessante destacar aqui que, ao anunciar a renda mínima, o uso da palavra “país” pode ajudar a esvaziar a participação do presidente em aprovar o auxílio. No material audiovisual exibido na sequência, está o relato do que foi dito durante a coletiva sobre as ações do Ministério da Saúde: anunciados a suspensão de aumento nos preços dos remédios por 60 dias e o balanço apresentado com os números da doença. Eram 201 mortes e 5.717 casos confirmados.

⁷ Trecho de cabeça de reportagem lida por Renata Vasconcellos na edição do *JN* de 31 de março de 2020.

No mesmo bloco, Bonner, em tom e semblante bastante sérios, afirma que o FMI, a OPAS e a ONU defenderam medidas para conter o avanço da Covid-19. A reportagem de Luís Fernando Silva Pinto descreve as entrevistas dadas por cada uma das autoridades durante uma reunião. Entre os assuntos relevantes, na seleção feita pela reportagem, estão a preocupação das autoridades com os conflitos políticos, com os impactos econômicos e de crescimento e com as medidas de prevenção, como o isolamento, a suspensão de aulas, o fechamento do comércio e o trabalho remoto, para evitar o colapso das redes de saúde. A reportagem retoma a polêmica do posicionamento adotado por Bolsonaro quando o repórter narra que perguntou a um dos diretores da OPAS se, diante de todas as medidas de prevenção, os trabalhadores informais deveriam voltar às ruas. A resposta foi a de que as decisões não são baseadas em política, mas em ciência, e que o distanciamento social é a melhor maneira de evitar o colapso do sistema de saúde.

No início do bloco seguinte, a primeira informação é a de que Jair Bolsonaro ainda não havia sancionado o auxílio emergencial. A reportagem descreve a situação do país em números de trabalhadores informais a receberem o benefício – 31 milhões – e os trâmites para a efetivação do pagamento. A reportagem chama a atenção ainda para os problemas com as fraudes e os golpes que já estavam começando a acontecer.

Entre outros trechos do telejornal, é fundamental destacar, para observarmos a construção narrativa do embate, a nota em que Bonner e Renata informam que o ministro Luiz Roberto Barroso, do STF, atendeu a um pedido feito pelo partido Rede Sustentabilidade e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) para proibir a produção e a circulação de peças publicitárias que incentivassem as pessoas a saírem de casa e minimizassem a gravidade da pandemia. O pedido foi motivado por uma peça publicitária divulgada pelo governo federal que estimulava o isolamento apenas de idosos e de pessoas pertencentes a grupos de risco.

Por fim, cabe salientarmos mais um material audiovisual, reservado para a porção final da edição. Em nosso entendimento, é mais uma estratégia narrativa que evidencia o embate entre *JN* e Bolsonaro. Trata-se de um compilado sobre as reações de brasileiros ao pronunciamento do presidente: os painéis. São exibidos quase dois minutos de imagens em que prédios estão com luzes acesas e pode-se ouvir o barulho de painéis sendo batidos, bem como gritos com frases como “Fora Bolsonaro!”, em protesto contra o presidente. As imagens são creditadas a partir das cidades onde foram feitas: Rio de Janeiro, Recife, Goiânia, São Luís, São Paulo, Niterói, Brasília, Belo Horizonte, Aracaju, Fortaleza, Belém, Curitiba e Salvador.

Diferentemente das duas edições anteriores, quando a escalada começa destacando os atos destemperados do presidente, o *JN* do dia 1º de abril retoma a maneira como, habitualmente, o telejornal da *Rede Globo* vem anunciando como sendo sua linha editorial na cobertura da pandemia: Covid-19 na frente dos demais factuais. A edição revela os 242 mortos confirmados em todo país. Em seguida, oferece alguns outros destaques sobre a cobertura do dia. Aqui, entendemos ser importante destacar o alerta feito pelo ministro Mandetta para a escassez de respiradores, o valor de 51 bilhões de reais que devem ser investidos para complementar os salários de trabalhadores e a sanção do presidente, com alguns vetos, do auxílio emergencial.

A primeira nota seca do telejornal apresenta o balanço dos casos confirmados e das mortes pela doença. William Bonner relata, ainda, o primeiro caso de contaminação registrado entre indígenas – o de uma jovem assistente de saúde, com 20 anos de idade, na comunidade Cocama, no Amazonas – e registra o caso da vítima mais jovem no Brasil, com 23 anos, óbito registrado em Natal.

As imagens iniciais da reportagem são da coletiva com o ministro da Saúde e alguns outros ministros. Luiz Henrique Mandetta ressalta que a necessidade de respeitar as medidas de distanciamento social se faz ainda mais urgente, dada a falta dos equipamentos necessários para o cuidado dos doentes. O uso da cloroquina também foi advertido pelo ministro, que relata a arritmia como um dos efeitos colaterais e diz não haver segurança para o uso do medicamento.

Ao longo dos telejornais analisados anteriormente, observamos uma disputa de narrativas entre a defesa do isolamento total e a defesa do isolamento parcial. De um lado, a orientação, feita por organizações de saúde, pelo Ministério da Saúde e também pelo JN, para que a medida fosse aplicada por toda a população. Do outro, a insistência do presidente em reforçar que o isolamento fosse feito apenas por idosos e por pessoas integrantes de grupos de risco. Nessa esteira, a construção narrativa do telejornal investe na reportagem que conta a história de um chef de cozinha, de 20 anos, que morreu por conta da doença 12 dias depois de apresentar os sintomas. A narrativa da repórter Renata Ribeiro traz relatos de casos de pessoas jovens infectadas pelo coronavírus, seus efeitos práticos na rotina das pessoas e ainda aborda os estudos de equipes médicas que pesquisam a doença nas universidades. Todo esse esforço em demonstrar que, ao contrário do que defende o presidente em declarações, entrevistas e, principalmente, em pronunciamentos oficiais, a doença é séria, precisa de cuidados efetivos e isolamento. A narrativa traz também dados do governo de São Paulo, que dão conta de que 49% dos casos confirmados no estado são de pessoas com idade entre 20 e 39 anos. Os idosos, como demonstrado na reportagem, representam 20% dos casos. Um infectologista do Hospital das Clínicas é acionado, na matéria, para conferir um parecer técnico sobre as manifestações da Covid-19 em pessoas jovens.

O telejornal avança descrevendo os problemas na realização e no resultado dos exames, em decorrência de atrasos, inclusive exames de pessoas que já faleceram. A sanção da ajuda emergencial é um dos destaques do segundo bloco do telejornal. Detalhes da proposta para a redução de jornada de trabalho e de salários também são apontados como forma de evitar demissões. A complementação de parte dos salários é atribuída ao governo, e não ao presidente. Esta, inclusive, é uma nuance que pode ser observada nas narrativas do JN: quando os fatos seguem no sentido de demonstrar as falhas, os desajustes e as medidas equivocadas na condução da crise da pandemia, o nome de Jair Bolsonaro é mais acionado na narrativa. Já nas matérias que tratam de benefícios, ações que garantem mais efetividade no combate ao coronavírus, o protagonista da reportagem é, geralmente, o governo ou ministros. A adoção desse modo de evidenciar ou silenciar o protagonismo de Jair Bolsonaro é mais um elemento que permite afirmar a existência do embate narrativo travado entre o presidente e a emissora.

A cabeça da reportagem que vem logo depois é mais um exemplo do silenciamento. Nas palavras de William Bonner: “A presidência da República anunciou, agora à noite, a

sanção da ajuda emergencial de seiscentos reais para trabalhadores informais. Mas o governo federal ainda não informou o cronograma das etapas de pagamento”. Ao longo dos nove minutos, foram citados o então ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Eles aparecem como fontes da reportagem e suas falas e declarações são exibidas pelo repórter Júlio Mosquera, ao explicar o caminho até a liberação do recurso. O nome de Jair Bolsonaro só aparece uma única vez, e na frase final.

Na medida em que a narrativa avança, o tom de criticidade em relação ao problema é acentuado, e os desalinhos do governo são evidenciados, mesmo sem mencionar Jair Bolsonaro. O ministro Paulo Guedes, segundo a reportagem, disse que a morosidade em pagar o auxílio se deve porque depende da liberação do Congresso: deputados e senadores precisariam aprovar uma proposta de emenda constitucional (PEC), autorizando o governo a efetuar imediatamente o pagamento. A narrativa ainda dá destaque a uma fala do então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sobre esse contexto, em que levanta a possibilidade de o governo ter mentido numa ação impetrada ao ministro Alexandre de Moraes, do STF. No dia 26 de março, a Advocacia Geral da União (AGU) deu entrada, no STF, a uma ação para permitir que o governo criasse despesas sem a necessidade de apontar de onde sairão os recursos. Moraes já havia autorizado a União a fazer esses gastos e pagamentos, quatro dias antes. Uma publicação feita pelo ministro Gilmar Mendes, no Twitter, também é utilizada na construção narrativa. Entre outras cobranças, o texto de Gilmar usa a *hashtag* #PagaLogo. A edição do *JN* frisou esse detalhe em arte gráfica. A reportagem imprimiu um tom ainda mais crítico às ações descoordenadas do governo, com o uso de uma entrevista concedida pelo economista José Roberto Afonso, idealizador da Lei de Responsabilidade Fiscal, seguida de outros economistas. José Roberto Afonso afirma que o governo não precisa de PEC para efetuar os pagamentos e que o governo já vem se endividando para pagar despesas correntes. Logo, as justificativas apresentadas pela equipe de Bolsonaro não faziam sentido.

Na condução da narrativa, Bonner então se prepara para anunciar a próxima reportagem, que trata da sanção do auxílio, com três vetos. Nesse momento, Jair Bolsonaro é evidenciado como o autor da medida. Os vetos são ao trecho que estendia o acesso ao benefício a idosos e pessoas com deficiência, ao que restringia o uso da conta que vai ser criada pelo pagamento e, por fim, à parte do texto que previa que o beneficiário perderia o auxílio se, nos próximos três meses, deixasse de cumprir com algumas das condicionalidades.

Na edição, ainda foram exibidas reportagens que trataram da volta de 5.800 brasileiros de outros países e do anúncio de investimento em pesquisas universitárias para ajudar no combate e na prevenção à doença. Aos 45 minutos de exibição, uma das últimas partes que nos cabe apresentar para esta análise consiste em uma nota coberta. Nela, o *JN* informa que Bolsonaro pediu desculpas por divulgar, e apagou das suas redes sociais, um vídeo com informações falsas sobre o (des)abastecimento na Ceasa de Contagem, Minas Gerais. No vídeo, que teria sido feito no dia 31 de março, um homem faz alusão a um discurso do presidente e mostra um espaço vazio, na tentativa de demonstrar efeitos de desabastecimento, responsabilizando governadores pela situação. É exibido o texto postado por Bolsonaro. O que o *JN* fez questão de destacar, ao registrar imagens feitas pelo Globocop – helicóptero da emissora utilizado para registrar imagens aéreas –, foi

que o movimento, no dia, havia sido absolutamente normal. Em conversa com produtores do local, a informação levantada foi a de que o espaço mostrado vazio no vídeo era destinado a uma feira de produtores que não acontecia às terças-feiras, dia em que o vídeo foi gravado.

Ainda sobre as evidências do embate narrativo, Bonner afirma, em uma nota, que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, havia concedido um prazo de 48 horas para que Bolsonaro prestasse informações sobre as atividades do governo no enfrentamento da pandemia. Numa ação proposta pela OAB, foi pedido que Bolsonaro promovesse o isolamento social preconizado pela OMS, respeitasse as determinações de governadores e prefeitos, não interferisse nas atividades de técnicos do Ministério da Saúde e efetuasse o pagamento do auxílio emergencial de forma imediata.

Por fim, é exibido um último material sobre o reforço feito pelo diretor-geral da OMS quanto aos subsídios destinados aos necessitados. A reportagem retoma a polêmica do dia anterior, quando Bolsonaro tirou de contexto a fala do representante da organização. No trabalho da repórter Bianca Rothier, há uma descrição do discurso da autoridade naquele dia, ressaltando a necessidade de que governos adotassem medidas de assistência. A repórter ainda destaca o pedido de um jornalista brasileiro, durante a coletiva, para que Tedros Adhanom direcionasse uma mensagem ao povo brasileiro e ao governo do Brasil. A fala da autoridade evidenciada na sequência é de Michael Ryan, diretor-executivo da OMS. O médico foi generalista: destacou a necessidade de estratégia abrangente para todos os países – monitoramento, intervenção de saúde pública, testes, isolamento e fortalecimento de sistemas de saúde – e finalizou alegando ser importante que todos os países levassem o combate à pandemia a sério.

Considerações finais

Nosso esforço, ao lançarmos luz sobre a relação existente entre o *Jornal Nacional* e a postura de Jair Bolsonaro no início da pandemia de Covid-19, consistiu em compreender as nuances das narrativas estruturadas pelos jornalistas do Grupo Globo ao noticiar os fatos políticos e de saúde durante o período destacado. Além disso, pensamos ser também fundamental observar se e de que maneira aconteceram a apropriação e o uso de estratégias de edição e reelaboração discursiva na disputa por poder simbólico entre a emissora e o presidente da República.

Entendemos que, para alcançar esta compreensão, foi necessária uma leitura da experimentação audiovisual que extrapolasse os limites de tempo e do espaço do *JN* e do pronunciamento do presidente em si, para verificarmos como acontece a disputa de poder entre ambos. Partimos do pressuposto de que estamos em uma sociedade imersa em grande volume de informações, boataria digital, além de ataques sucessivos aos veículos tradicionais de imprensa. As afetações produzidas por um fenômeno de “super compartilhamento” de informações trouxeram ainda para as pesquisas elementos distintos que se uniram na produção de múltiplos sentidos e narrativas. Alguns desses elementos são aqueles que proporcionam os enquadramentos de fatos, as referências linguísticas, a própria experimentação audiovisual individual e o comportamento do público. Nesse contexto, observamos que a disputa por poder simbólico encampa todo o ambiente analisado em unicidade.

Ao final da investigação, percebemos que o *Jornal Nacional* não pode ser visto somente como um relator da realidade brasileira. É ator social significativo no país. Ao veicular “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”, o *JN* ainda pretende contribuir para a legitimação de seu papel como fonte de conhecimento acreditado, como quarto poder central em uma sociedade que teria passado da cultura oral para a audiovisual sem experimentar plenamente a cultura escrita.

A provocação na procura por concentrar o maior número de adeptos sobre suas próprias convicções propicia uma recente ação: para além da cobertura governamental, na busca por novos apontamentos e por documentar tempos de pandemia, acontece o embate narrativo que por si só mobiliza a sociedade para o acompanhamento do noticiário e para a condução de pronunciamentos oficiais, falsas declarações e ações do presidente. Na tela do *JN*, repórteres e jornalismo assumem papéis de protagonismo, em defesa dos cidadãos e do dever-ser. São fiscais, detetives, especialistas que narram os dramas de uma nação às voltas com uma pandemia e cujo presidente parece não trabalhar adequadamente para o seu enfrentamento.

Dessa forma, ao dispensar boa parte da veiculação de seu noticiário em questionar os atos e as palavras proferidos por Jair Bolsonaro, destacando seus erros e buscando promover o telejornalismo de acordo com os princípios próprios da TV – de educar, entreter e instruir –, o *JN* imprime uma abordagem didática para com seus telespectadores, priorizando narrativas pedagógicas, próprias de um noticiário atento às demandas dos cidadãos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: a análise da materialidade audiovisual como método possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2016.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: Compolítica, 2007.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 73-126.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

VIZEU, Alfredo; CERQUEIRA, Laerte. Os saberes da pedagogia da autonomia no telejornalismo. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (Orgs.). *Epistemologias do telejornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2018. p. 37-57.

Luiz Felipe Novais Falcão

Doutorando e mestre e em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor substituto na Faculdade de Comunicação da UFJF. Desenvolve estudos na linha de pesquisa Mídia e Processos Sociais. Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA).

Simone Martins

Doutoranda e mestre e em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desenvolve estudos na linha de pesquisa Mídias e Processos Sociais. Pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA).

Iluska Coutinho

Doutora em Comunicação Social, professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA).

Paulo Roberto Figueira Leal

Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Jornalista formado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), na mesma instituição.

Mayra Regina Coimbra

Doutoranda e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Luiz Ademir de Oliveira

Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).